

# Mazelas do ensino básico

Muito embora custe à Nação nada menos do que seis bilhões de dólares anuais, o ensino básico no Brasil é mal-orientado, mal-estruturado, mal-aplicado e mal dirigido. Consequentemente os seus resultados e o seu futuro estão ameaçados. Entregues em sua maior parte aos estados e aos municípios, as atividades pré-escolares e do chamado primeiro grau apresentam um desempenho de todo insatisfatório, reclamando uma revisão completa nos meios e nos fins postos à disposição de tão importante segmento do processo educacional, com vistas a um efeito satisfatório nos planos técnicos e administrativos e automaticamente no seu objetivo maior — o rendimento escolar.

As abordagens jornalísticas colocam em posição desconfortante o Ministério da Educação, as secretarias dos governos estaduais e dos municípios, envolvendo todos os segmentos oficiais voltados para o problema, apresentando-se cada um deles com níveis de desempenho muito abaixo do desejável. O Ministério da Educação, por exemplo, é apontado com o responsável pela administração de dois terços das atividades do ensino básico, mantendo uma estrutura pesada, arcaica. Os gastos com pessoal são desproporcionais aos resultados alcançados, produto final de um complexo extremamente centralizado e vulnerável ao clientelismo político e ao tráfico de influência. Essa visão é extensiva aos es-

tados e aos municípios onde a educação deixa muito a desejar.

A rede escolar de ensino, já insuficiente para atender às cargas horárias normais, foi pressionada por recente decisão do Ministério da Educação ampliando os prazos de vigência do ano letivo. Semelhante determinação resultou em maiores dificuldades, ficando as escolas impossibilitadas em sua maioria de cumprir a carga horária adicional. Os percalços vividos pelos educandários públicos podem ser devidamente avaliados a partir do que vem ocorrendo em grande parte da Bahia. Ali, por absoluta limitação de matrículas nas escolas, os estudantes estão divididos em grupos com carga horária de dia sim, dia não, para frequência às aulas.

O diagnóstico levantado vai mais longe. A reportagem identificou, por exemplo, pontos de fuga nas rotas de aplicação do salário-educação que nos últimos cinco anos deve ter alcançado cifras impressionantes, montando a cerca de um bilhão de dólares. Também a FAE deverá ser questionada nos trabalhos jornalísticos, pois volumosas cargas de alimento transitam por longas demoradas viagens, decorrência de uma centralização equivocada nos atos, de gestão dessa importante área do processo educacional do País, responsável pela alimentação dos estudantes e em muitos casos, razão básica de sustentação da frequência às aulas.